



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LAÍSA ARAÚJO DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA RURAL EM ASSENTAMENTO DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM  
PERNAMBUCO

Recife  
2023

LAÍSA ARAÚJO DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA RURAL EM ASSENTAMENTO DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM  
PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de  
Graduação em Gestão da Informação da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Sonia Aguiar Cruz Riascos

Recife  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Laísa Araújo da.

Contribuições da Biblioteca Rural em Assentamento do Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco / Laísa Araújo da Silva. -  
Recife, 2023.

64 p., tab.

Orientador(a): Sonia Aguiar Cruz Riascos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Biblioteca Rural. 2. Educação do Campo. 3. Movimento dos Trabalhadores  
Rurais Sem Terra. I. Riascos, Sonia Aguiar Cruz. (Orientação).

II. Título.

020 CDD (22.ed.)



**Serviço Público Federal**  
Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Artes e Comunicação  
**Departamento de Ciência da Informação**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

### **CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA RURAL EM ASSENTAMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM PERNAMBUCO**

**LAÍSA ARAÚJO DA SILVA**

---

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado em 27 de abril de 2023

Banca Examinadora:

---

**Sonia Aguiar Cruz Riascos** - Orientador(a)  
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

---

**Marcílio Bezerra Cruz** – Examinador(a) 1  
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

---

**Jhoicykelly Roberta Pessoa e Silva** - Examinador(a) 2  
Bibliotecária/Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE)

## **DEDICATÓRIA**

Caros participantes da entrevista,

Com imensa gratidão, dedico este trabalho a vocês que foram fundamentais para o sucesso da minha pesquisa. Agradeço por terem compartilhado suas experiências, conhecimentos e perspectivas comigo, tornando possível a realização deste estudo sobre "Contribuições da Biblioteca Rural em Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco". Suas histórias, conhecimentos e perspectivas enriqueceram significativamente o meu trabalho e ajudaram a fornecer uma compreensão mais ampla e precisa sobre o tema em questão. Espero que este estudo possa contribuir para uma melhor compreensão do papel das bibliotecas rurais em comunidades de assentamento e acampamentos do MST e ajudar a promover o acesso à informação e educação para todos.

Mais uma vez, muito obrigada pela sua colaboração e por terem me permitido fazer parte de suas vidas, mesmo que por um breve momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por permitir minha aprovação no curso de Biblioteconomia, a força e discernimento que me permitiu concluir uma etapa tão importante na minha vida.

Aos meus pais por todo amor, incentivo e apoio que me proporcionaram durante toda a minha vida e jornada acadêmica. Sem o apoio incondicional deles me incentivado a estudar e me encorajaram a seguir meus sonhos eu não teria chegado até aqui. Sou imensamente grata e orgulhosa de tê-los como meus pais.

Aos 70 assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que não conseguirei citar os nomes individualmente, mas que generosamente concordaram em participar da minha pesquisa. Foi uma experiência única e enriquecedora ouvir as histórias e perspectivas dos assentados, especialmente seu forte desejo de proporcionar aos seus filhos uma educação de qualidade e mais oportunidades de vida. Suas vozes são fundamentais para compreender os desafios da educação no campo e espero que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para melhorar a educação nas comunidades rurais.

À minha orientadora, Sonia Riascos, pela valiosa contribuição que ela trouxe para a realização da minha pesquisa. Desde o início, ela me guiou em todas as etapas do processo, fornecendo um suporte crucial que tornou possível a conclusão deste trabalho. Sua expertise, habilidades e dedicação como orientadora foram fundamentais para o sucesso da minha pesquisa, sou grata por ter tido a oportunidade de trabalhar com ela.

A todos os meus professores, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Através do seu ensino, aprendi uma ampla gama de habilidades e conhecimentos essenciais para a minha formação como bibliotecária. Sou grata pela oportunidade de aprender com esses profissionais excepcionais.

À minha irmã, Laís, por ter tido a paciência de me ouvir falar sobre o meu TCC. O apoio e a disposição dela para me escutar e fornecer feedback foram muito importantes para o desenvolvimento do meu trabalho. Sua dedicação e interesse me motivaram a continuar me esforçando na conclusão do meu TCC e sou grata por tê-la como irmã.

Durante o meu estágio, tive a sorte de contar com o apoio da bibliotecária Mitilene. Ela estava sempre interessada em saber como estava progredindo a minha pesquisa e me deu espaço para trabalhar em momentos durante o estágio.

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários a realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos. (HADDAD, 2012, p. 215).

## RESUMO

A Biblioteca Rural se torna uma grande aliada na democratização da informação, no desenvolvimento de ações educativas e culturais para a transformação social e na melhoria das vidas nas comunidades rurais, portanto sua ausência pode limitar o acesso à informação e ao conhecimento, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento educacional, cultural e social das comunidades rurais. A presente pesquisa trata sobre o papel da Biblioteca Rural nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem por objetivo principal aprofundar os estudos sobre a Biblioteca Rural e analisar como ela contribui para a vida dos assentados do MST. Este estudo pretende ainda: apresentar o contexto da Biblioteca inserida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; investigar sobre o papel social e educacional da Biblioteca como espaço de acesso à informação e ao conhecimento no contexto do assentamento do MST; e identificar as contribuições das bibliotecas rurais para os assentados do MST PE. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, descritiva, com abordagem qualitativa. O instrumento de pesquisa foi uma entrevista, com 12 perguntas, com pré-teste antecipado. Participaram da entrevista 70 assentados do MST de Pernambuco durante a Jornada das Mulheres do MST. Os dados coletados foram analisados e discutidos com enfoque para aspectos sociais, educacionais e informacionais relacionados à Biblioteca Rural para conhecer as contribuições direcionadas aos assentados do MST. Conclui-se que a falta de implementação de políticas públicas e a ausência de recursos, sobretudo financeiros, podem afetar a ausência e o acesso às bibliotecas em áreas rurais, incluindo assentamentos. Embora os assentados possam ver a importância da biblioteca para sua Educação e desenvolvimento pessoal, como também de seus filhos e netos, a falta de apoio governamental dificulta a criação e a manutenção desses espaços, requerendo-se iniciativas no sentido de propiciar a existência e o funcionamento adequado dessas bibliotecas no campo.

**Palavras-chave:** biblioteca rural; educação do campo; movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

## **ABSTRACT**

The Rural Library becomes a great ally in the democratization of information, in the development of educational and cultural actions for social transformation and in the improvement of lives in rural communities, therefore its absence can limit access to information and knowledge, receiving opportunities for educational, cultural and social development of rural communities. This research deals with the role of the Rural Library in the settlements of the Landless Rural Workers Movement. Its main objective is to deepen studies on the Rural Library and analyze how it contributes to the lives of MST settlers. This study also intends to: present the context of the Library inserted in the Landless Rural Workers Movement; investigate the social and educational role of the Library as a space for accessing information and knowledge in the context of the MST settlement; and identify the contributions of rural libraries to MST PE settlers. This is an applied, descriptive research with a qualitative approach. The research instrument was an interview, with 12 questions, with an anticipated pre-test. 70 MST settlers from Pernambuco participated in the interview during the MST Women's Day. The collected data were analyzed and discussed with a focus on social, educational and informational aspects related to the Rural Library to know the contributions directed to MST settlers. It is concluded that the lack of implementation of public policies and the lack of resources, especially financial ones, can affect the absence and access to libraries in rural areas, including settlements. Although the settlers can see the importance of the library for their education and personal development, as well as that of their children and grandchildren, lack of government support makes the creation and maintenance of these spaces difficult, requiring initiatives in the sense of providing the existence and functioning appropriate use of these libraries in the field.

**Keywords:** rural library; camp education; movement of landless rural workers.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Unidades Populacionais e Habitantes por área de ocupação densa.....	33
Gráfico 2: Região do Assentamento dos entrevistados.....	39
Gráfico 3: Distribuição dos entrevistados em cada assentamento ou acampamento.....	41
Gráfico 4: Percentual de entrevistados que frequentaram a escola.....	42
Gráfico 5: Entrevistados frequentaram escolas dentro dos próprios assentamentos.....	43
Gráfico 6: Grau de ensino dos entrevistados.....	43
Gráfico 7: Percentual dos entrevistados que sabem ler e escrever.....	44
Gráfico 8: Percentual de entrevistados que gostam de ler.....	45
Gráfico 9: Percentual de assentamentos que tem escola e biblioteca.....	47
Gráfico 10: Contribuição da biblioteca para o assentamento.....	48

## LISTA DE SIGLAS

ARCAFAR	-	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
BDTD	-	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	-	Base de Dados em Ciência da Informação
CONTAG	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENERA	-	Encontro nacional de educadoras e educadores da reforma agrária
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONGs	-	Organizações não governamentais
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PE	-	Pernambuco
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PNERA	-	Pesquisa nacional da Educação na Reforma Agrária
PRONERA	-	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SciELO	-	Scientific Electronic Library Online
SRA	-	Secretaria de Reordenamento Agrário
UDR	-	União Democrática Ruralista
UNEFAB	-	União Nacional das Escolas Famílias agrícolas no Brasil
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>16</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>17</b>
<b>4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
4.1 OBJETIVO GERAL.....	19
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
<b>5 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>20</b>
5.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	20
5.2 ACESSO À EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	24
5.3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST.....	27
5.4 EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO MST.....	31
5.5 BIBLIOTECA RURAL.....	32
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	36
5.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	36
5.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	37
5.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
<b>6 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ASSENTADOS DO MST....</b>	<b>57</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é um conjunto de políticas e práticas educacionais voltadas para atender as especificidades dos sujeitos que vivem e trabalham no meio rural, levando em conta suas particularidades culturais, sociais, econômicas e territoriais. O termo "campo" refere-se às áreas rurais, compreendendo a agricultura, a pecuária, a pesca, a produção extrativista e outras atividades econômicas ligadas ao ambiente rural. A Educação do Campo tem como objetivo promover uma educação contextualizada, que leve em conta a realidade e as necessidades dos sujeitos do campo, valorizando suas práticas e conhecimentos tradicionais. Ela busca superar a visão estereotipada de que a Educação deve ser voltada apenas para as necessidades urbanas e industriais, levando em consideração as peculiaridades do ambiente rural.

A Educação do Campo visa garantir o acesso a uma Educação de qualidade para a população do campo, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Ela se preocupa em formar cidadãos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. No Brasil, a Educação do Campo foi institucionalizada pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Essa lei reconhece a Educação do Campo como uma modalidade de ensino específica, que deve levar em conta as particularidades dos sujeitos do campo. Desde então, várias ações têm sido desenvolvidas para garantir o acesso e a qualidade da Educação do Campo em todo o país.

Segundo Caldart (2012), a primeira menção/referência ao termo Educação Básica do Campo foi realizada durante as discussões sobre o tema na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, realizada na cidade de Luziânia, Goiás, passando a ser conhecida posteriormente como Educação do Campo. Este tipo de Educação, no Brasil, tem uma forte relação com os movimentos sociais do campo, que historicamente lutam por direitos e por uma transformação social mais justa e igualitária.

A partir dos anos 1980, os movimentos sociais do campo passaram a reivindicar o acesso à Educação de qualidade como um direito fundamental para as populações rurais. Eles perceberam que a educação era uma ferramenta importante para a conscientização e organização política dos trabalhadores rurais, além de ser uma forma de valorizar e preservar a cultura e os saberes locais. Assim, os movimentos sociais do campo passaram a exigir políticas públicas específicas para a Educação do Campo, que atendessem às necessidades e demandas das populações rurais. Eles defendiam uma educação que valorizasse a cultura, a

história e as práticas dos trabalhadores do campo, ao invés de uma formação apenas voltada para o mundo urbano e industrial. (CALDART, 2012).

Um dos principais movimentos sociais de luta pela Educação no Campo no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O MST surgiu na década de 1980 a partir da organização de trabalhadores rurais que reivindicavam uma reforma agrária justa e igualitária, com acesso à terra e a condições dignas de vida no campo. A partir dessa luta, o MST percebeu que a Educação era um elemento fundamental para a transformação social e para a formação de lideranças capazes de defender os interesses das populações rurais. Assim, o Movimento passou a investir na formação e na Educação dos seus membros, criando escolas nos assentamentos e acampamentos, além de desenvolver um currículo voltado para as necessidades e demandas das populações rurais.

Em alguns assentamentos do MST existem escolas ou iniciativas formativas voltadas para a formação de lideranças e militantes, e para a valorização dos saberes locais. O MST também tem uma forte relação com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que é uma iniciativa do governo federal em parceria com os movimentos sociais do campo para garantir o acesso à educação de qualidade para as populações rurais. O PRONERA tem como objetivo principal a formação de jovens e adultos trabalhadores rurais, por meio da oferta de cursos de educação básica, técnica e superior (CALDART, 2012).

Uma Biblioteca Rural é um espaço destinado à leitura e ao acesso à informação em áreas rurais. Essas bibliotecas geralmente são organizadas por iniciativas locais, Organizações Não Governamentais (ONGs), governos e outras entidades que visam promover a Educação, a Cultura e a inclusão social no campo. Uma biblioteca rural pode ter diferentes tipos de acervo, que vão desde livros didáticos, obras literárias, revistas, gibis e outros materiais de leitura. É importante que o acervo seja diversificado e adequado às necessidades da população rural, que muitas vezes não tem acesso a livros e outras formas de informação. Além disso, uma biblioteca rural também pode oferecer outros serviços, como acesso à internet, computadores, atividades culturais e educativas, programas de alfabetização e letramento, entre outros. Tudo isso com o objetivo de promover a formação educacional e cultural da população rural, contribuindo para a sua emancipação e desenvolvimento. Uma biblioteca rural pode ser uma ferramenta valiosa na promoção da educação no campo, incentivando a leitura, o aprendizado e a troca de conhecimentos entre a população local.

A Biblioteca Rural segundo Almeida (2012), é uma biblioteca localizada em uma zona rural para as pessoas que vivem nesse ambiente e que enfrentam dificuldades de estar em uma área que depende de políticas públicas de incentivo à Educação e a Cultura. Ressalta-se que as

bibliotecas rurais são vistas como parte essencial do processo de desenvolvimento educacional, cultural e do trabalho no campo, figuram no rol de atividades e serviços essenciais e recentemente foram colocadas na agenda de movimentos sociais e sindicatos rurais.

Em alguns assentamentos do MST é comum encontrar bibliotecas rurais, essas bibliotecas são organizadas pelos próprios moradores do movimento e outras iniciativas do campo, com o objetivo de incentivar a leitura, promover a educação e a cultura, bem como contribuir para o desenvolvimento da comunidade. A criação de bibliotecas rurais é importante porque muitas comunidades do campo têm dificuldade de acesso a materiais educativos, como livros, jornais e outros recursos. Ao oferecer acesso a esses materiais, as bibliotecas rurais contribuem para a democratização do conhecimento e para a promoção da cidadania. Dessa forma, a criação de bibliotecas rurais é uma estratégia fundamental para garantir a Educação e a leitura para o meio rural, trazendo os processos de ensino e aprendizagem para essas comunidades. Isso é importante pois muitas áreas rurais enfrentam limitações no acesso à Educação, e isso pode ocorrer por diversos motivos. Um dos principais fatores que contribuem para essas limitações inclui a distância, visto que muitas áreas rurais estão localizadas longe das escolas, e sem transporte, torna-se difícil para as pessoas o acesso à Educação.

Tem-se, portanto, que a Biblioteca Rural é uma das importantes iniciativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para promover a Educação e a Cultura nas comunidades rurais e também para a continuidade da luta pela Reforma Agrária no Brasil. Reforça-se, ainda, que a biblioteca rural é um espaço comunitário, voltado para o fortalecimento da cultura local, do conhecimento e da organização popular.

Frente às colocações sobre a temática, esta pesquisa questiona: *Qual é o papel da Biblioteca Rural para contribuir com os assentamentos do MST, em Pernambuco?*

Para isso, estão apresentados conceitos e fundamentos teóricos relacionados à biblioteca do campo, bem como as entrevistas e as pesquisas de campo realizadas nos assentamentos do MST para descrever como a biblioteca é vista pelos assentados e como ela contribui para a promoção da Educação.

A partir dos estudos e das análises, espera-se contribuir para a reflexão sobre a importância da biblioteca do campo como um espaço de resistência, e sobre a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à Educação e à Cultura para o povo do campo.

## 2 PROBLEMÁTICA

A Educação é um direito fundamental e um elemento crucial para o desenvolvimento humano e social. No entanto, muitas pessoas que vivem no campo no Brasil ainda têm dificuldade de acessar esse direito, mesmo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecendo a *educação como um direito para todos* (JESUS, 2010). Essa realidade se deve a uma série de fatores, como a falta de escolas e bibliotecas nas áreas rurais, a falta de investimentos em infraestrutura e recursos humanos e a falta de políticas públicas específicas para a educação no campo.

A falta de acesso à Educação no campo pode gerar diversos problemas e desafios para as comunidades locais. Por exemplo, a falta de escolas e bibliotecas pode limitar o acesso dos habitantes a informações e conhecimentos, prejudicando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Isso pode perpetuar a desigualdade regional, com comunidades rurais sendo privadas de oportunidades educacionais e profissionais disponíveis em áreas urbanas.

Além disso, a falta de Educação no campo pode gerar problemas sociais e econômicos, como a baixa escolaridade, que pode limitar as oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal e profissional. Essa realidade pode levar ao aumento do trabalho infantil nas comunidades rurais, uma vez que muitas crianças acabam sendo obrigadas a trabalhar para ajudar suas famílias. A baixa produtividade agrícola também é um problema que pode ser relacionado à falta de acesso à Educação no campo, uma vez que muitos agricultores não têm acesso a técnicas e tecnologias modernas.

A perpetuação do ciclo de pobreza também é um dos problemas decorrentes da falta de Educação no campo. A falta de oportunidades educacionais e profissionais nas áreas rurais pode limitar o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades, o que pode perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social. Portanto, é crucial enfrentar a falta de acesso à Educação no campo de forma efetiva, a fim de garantir o desenvolvimento humano e social das comunidades rurais.

### 3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa sobre a biblioteca rural inserida no assentamento do MST em Pernambuco é importante por abordar vários problemas que afetam as comunidades rurais, como a falta de acesso à Educação e à Cultura, a exclusão social e a limitação de oportunidades de desenvolvimento. A falta de Educação e biblioteca em áreas rurais é um problema real que afeta negativamente o desenvolvimento das comunidades locais. A Educação é uma ferramenta poderosa para reduzir a pobreza, melhorar a saúde, promover a igualdade de gênero e aumentar as oportunidades econômicas. Infelizmente, muitas pessoas em áreas rurais enfrentam barreiras significativas para acessar a Educação, como falta de escolas, professores e materiais didáticos adequados, dentre outros problemas estruturais como a fome e escassez de recursos.

Um dos principais problemas que a biblioteca rural pode ajudar a enfrentar é a falta de acesso à Educação. Muitas comunidades rurais têm dificuldade em oferecer Educação de qualidade aos seus moradores, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A biblioteca pode ajudar a combater a falta de acesso à Educação em áreas rurais, disponibilizando livros e materiais didáticos que podem ser utilizados para o estudo e o aprendizado. A biblioteca rural pode promover a alfabetização e a formação de leitores críticos, incentivando a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Além disso, pode ser um espaço de convivência e troca de experiências entre os moradores do assentamento. A leitura e o compartilhamento de ideias podem contribuir para a construção de uma comunidade mais unida e engajada em torno do desenvolvimento do assentamento. Em geral, a biblioteca é uma ferramenta fundamental para a promoção da Educação, da inclusão social, da cultura e do desenvolvimento em áreas rurais.

O interesse para a realização deste estudo surgiu da crença na importância da Educação como ferramenta de transformação social. Acredito que a leitura e o acesso ao conhecimento são direitos fundamentais de todos os cidadãos, e que a falta de acesso a esses recursos pode perpetuar a exclusão social e limitar as oportunidades de desenvolvimento, além da vivência de sete anos em um povoado na zona rural de Pernambuco onde vivenciei a difícil realidade de uma biblioteca rural. Ao ingressar no curso de Biblioteconomia, tive acesso a muitos conhecimentos e sempre me mantive em momentos de reflexão, fazendo comparação com outras realidades de tipologias de bibliotecas, principalmente sobre as inseridas no campo, pois revelam maiores desafios. Também é fato que existe uma lacuna

acadêmica quanto ao tema, pois não foi propiciada disciplina eletiva sobre bibliotecas rurais, sendo apenas comentadas em outras disciplinas.

Observei, também, a necessidade de mais pesquisadores, professores e estudantes tratarem desse tema com a publicação de artigos, eventos específicos e aproximação com projetos de extensão e cultura.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo aprofundar os estudos sobre a biblioteca do campo e analisar como ela contribui para a vida dos assentados do MST.

## **4 OBJETIVOS DA PESQUISA**

Este tópico apresenta os objetivos da pesquisa: objetivo geral e objetivos específicos.

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar o papel da Biblioteca Rural como espaço de transformação social e educacional nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Pernambuco.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer o contexto da Educação no campo no país, a partir da revisão de literatura;
- Identificar iniciativas de bibliotecas desenvolvidas pelo MST;
- Apresentar as percepções dos assentados sobre o contexto, as contribuições e os desafios da Biblioteca Rural inserida em assentamento do MST;
- Verificar o aporte da Biblioteca Rural como espaço de acesso à informação e ao conhecimento no contexto do assentamento do MST.

## 5 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura busca fundamentar teoricamente a temática para o desenvolvimento da pesquisa.

### 5.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A desigualdade social é um problema que tem sido enfrentado em diversas partes do mundo, e no Brasil não é diferente. No contexto educacional do campo, essa desigualdade é evidente e revela a deficiência no ensino oferecido nas áreas rurais. Nesse sentido, é necessário que ações efetivas sejam tomadas para diminuir essa disparidade, segundo o Panorama de Educação do Campo (2007, p. 8):

Os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais questões: a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana; a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra.

Quando observamos as condições de ensino no campo e seu capital sociocultural medidos a partir do grau de formação e pela frequência escolar, cuja realidade causa preocupação frente ao Panorama de Educação do Campo (2007, p.14): “o capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população rural são importantes indicadores da desigualdade existente entre as zonas rural e urbana”. Foi identificado na I Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pnera), realizada em 2004, que: “61,2% dos assentados no campo não frequentam a escola e 27,1% nunca frequentou a escola, não sabe ler e nem escrever, sendo um dos motivos para 31,3% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estarem fora da escola é o deslocamento da sua moradia para escola ser muito longe” (MEC, 2005).

De acordo com as conclusões apresentadas por Souza (2012, p. 755), uma pesquisa realizada identificou as principais prioridades educacionais do país. Entre elas, destacam-se os cinco primeiros lugares, que se referem a demandas importantes para o desenvolvimento da educação no Brasil:

- 1) Construir, ampliar e/ou melhorar o prédio/as instalações físicas da escola (38,3%);
- 2) Ampliar/criar níveis/modalidades de ensino (20,7%);
- 3) Aumentar vagas nos níveis de ensino existentes (9,1%);
- 4) Valorizar a cultura, ensinar coisas úteis e dentro do modo de vida do campo (5,7%);
- 5) Oferecer/melhorar a qualidade do transporte escolar (5,2%).

Por tal motivo, indicou-se nesta pesquisa a relevância de atividades educativas que são mantidas por bibliotecas para o escopo da biblioteca comunitária rural em questão de estudo.

Diante desse cenário, surgem movimentos sociais e iniciativas de participação coletiva que lutam pela conquista de direitos e melhores condições de vida para as pessoas. O MST é um exemplo de movimento social que tem como objetivo lutar pela Reforma Agrária e pelos direitos dos trabalhadores do campo. Por meio da participação coletiva e da organização, o MST busca promover a justiça social e a igualdade de direitos. Como forma de denunciar a falta de informação e a baixa qualidade da educação da população do campo, surge a Educação do campo, “que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo quilombolas e indígenas” (CALDART, 2009, p.258). Segundo Souza (2012, p. 751):

a gênese da educação do campo está atrelada à luta pelo reconhecimento da existência dos povos do campo em sua diversidade e pela efetivação dos direitos sociais, bem como pela superação da ideia de que o campo é o lugar do atraso. Essa luta teve início, no âmbito pedagógico, com as experiências do MST.

Para Caldart (2009, p.40-41), “os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os movimentos sociais camponeses em estado de luta, com destaque aos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária e particularmente ao MST”. Afirmando assim, que a Educação do Campo nasce como denúncia à realidade da Educação brasileira do povo que trabalha e vive no/do campo e que enfrenta dificuldades para acessar a Educação, por falta de políticas públicas e direitos básicos. Para Santos (2017, p. 213):

No âmbito das políticas pública para educação do campo existem inúmeros problemas que precisam ser urgentemente encarados e resolvidos: 1) localização geográfica das escolas, em sua grande maioria, distantes da residência dos estudantes. 2) precariedade dos meios de transporte e das estradas. 3) baixa densidade populacional em alguns territórios rurais. 4) fechamento de milhares de escolas do campo na última década. 5) formação dos educadores/as e organização curricular. 6) pouquíssima oferta de vagas para os estudantes do campo nas séries finais do ensino fundamental e médio. 7) poucos recursos utilizados na construção e manutenção das escolas do campo. 8) Recuo da agricultura familiar e avanço do agronegócio. 9) utilização cada vez maior de agrotóxicos. 10) investimentos em sementes maiores de agrotóxicos. 10) investimentos em sementes transgênicas, em detrimento das sementes crioulas.

Após estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo surgiu o termo Educação do Campo em vez de Educação Rural, em 1997, no Encontro Nacional de

Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, promovido pelo MST, em Brasília. Para Fernandes e Molina (2004), o termo Educação do Campo começou a ficar evidente com a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. E, em 2004, com a realização da II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, o termo já havia se consolidado (FERNANDES E MOLINA, 2004).

Os autores citam também que o que fortaleceu a dimensionar o conceito de Educação do Campo foram as experiências construídas pelos movimentos camponeses, sendo eles protagonistas pelo desenvolvimento de projetos de Educação no Campo, como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (UNEFAB) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) (FERNANDES E MOLINA, 2004).

Segundo Caldart (2009), a origem do termo Educação do Campo se refere aos trabalhadores camponeses e aos seus interesses e utilizar a expressão *do campo*, reflete as lutas sociais e culturais desses grupos, e para Fernandes e Molina (2004), a Educação do Campo surgiu para romper com o paradigma da Educação Rural que tem como referência o produtivismo e latifúndio, e não ver o campo como espaço de vida, mas somente como lugar de produção. Costa e Cabral (2016, p.182) tem o mesmo ponto de vista:

O paradigma da Educação Rural não atende aos interesses dos camponeses, não inclui a terra e as pessoas que nela vivem, não é pensada pelos povos do campo, é elaborada sem sua participação. Seus idealizadores veem o campo apenas como espaço de produção e seus sujeitos apenas como produtores e não como protagonistas.

A partir dessa concepção, que a Educação do Campo integra *o campo* ao modo de vida e de trabalho, Caldart (2012, p. 261 -262) aborda características para identificar, em síntese, o que expressa o termo Educação do Campo como prática social:

- Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à Educação (e não a qualquer Educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma Pedagogia do Oprimido.
- Sem deixar de lutar pelo acesso à Educação assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas educacionais.

- Sua relação com os movimentos sociais de trabalhadores combina luta pela Educação com luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar e ao território.
- Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da Educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de modo de vida.
- Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas.
- A Educação do Campo tem uma concepção de Educação de perspectiva emancipatória, vinculada às lutas e a construção social humana e não tem sua origem na teoria educacional e sim práticas.
- Reflete a Pedagogia desde a sua realidade específica, visando um todo e não apenas a si mesmos.
- A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca unir a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado.
- Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva.

Desse modo, o conceito de Educação do Campo apresentado por Caldart (2012) destaca as particularidades e especificidades das regiões rurais e o papel da Educação na luta pela garantia de direitos básicos para as populações do campo. Esse paradigma contrasta com a ideia de Educação Rural, que, segundo Fernandes e Molina (2004), historicamente esteve associada a uma visão negativa e preconceituosa sobre o espaço rural, enxergando-o como um ambiente atrasado e inferior. Essa concepção de Educação Rural foi influenciada pelo pensamento latifundista empresarial, que buscava manter o controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem, por meio de práticas assistencialistas e precárias de Educação. No

entanto, o Movimento por uma Educação do Campo refuta essa perspectiva, valorizando a vida e a resistência das comunidades camponesas no campo e lutando pelo acesso e permanência na terra.

## 5.2 ACESSO À EDUCAÇÃO DO CAMPO

O acesso à Educação é o primeiro passo para o processo de aprendizado e construção do conhecimento. De acordo com Assunção (2007), a informação é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, pois é através dela que se adquire conhecimentos e se constrói uma consciência crítica. Nesse sentido, a informação é um fator determinante para a geração do conhecimento, já que não há conhecimento sem informação.

Como forma de democratização do acesso ao conhecimento que é essencial para todos os indivíduos, surge o Programa Bibliotecas Rurais Arca das Letras. Segundo o Manual Bibliotecas Rurais Arca das Letras (2013, p. 7), “o Programa é um mecanismo de inclusão e estratégia para o enfrentamento das dificuldades de acesso à informação do ponto de vista geográfico”. O Programa foi criado em 2003, com a iniciativa da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento (MDA), de adotar o acesso à informação e ao livro como medida de redução das desigualdades no campo e redução do analfabetismo, levando oportunidades para moradores de áreas rurais do Brasil terem acesso e usufruírem de diversas áreas do conhecimento.

Segundo Martins e Porto (2018), o Programa Arca das Letras facilita o acesso à leitura e à informação das comunidades rurais, com a entrega de um móvel do tipo arca, com livros variados e a formação de agentes de leitura, que atuam enquanto mediadores para fornecer o acesso e a socialização do acervo da arca.

Soares e Carneiro (2010), apontam que, apesar de existirem projetos de incentivo à leitura em desenvolvimento, essas iniciativas geralmente não chegam às comunidades rurais, uma vez que o meio rural não é alvo de projetos de bibliotecas com a mesma frequência que as áreas urbanas. Por isso, o programa Arca das Letras se torna tão importante para democratizar o acesso à leitura e à informação nessas comunidades. Os autores destacam que o projeto-piloto do Arca das Letras foi iniciado em três tipos diferentes de comunidades rurais: assentamentos da Reforma Agrária, comunidades de agricultura familiar tradicional, e comunidades de remanescentes de quilombos. Essa diversidade de comunidades rurais contempladas pelo programa Arca das Letras mostra a sua abrangência e a importância de levar o acesso à leitura e ao conhecimento para todas as regiões rurais do país.

De acordo com Soares e Carneiro (2010, p. 21):

As bibliotecas Arca das Letras iniciam com pouco mais de 200 livros e gibis, cuidadosamente organizados com processos técnicos para o controle e localização dos temas de interesse dos usuários. Imediatamente os acervos são ampliados com doações dos moradores e parceiros das comunidades. Já é muito frequente encontrar bibliotecas rurais cujos acervos chegam a mais de 2.000 livros, o que demonstra que as comunidades compreenderam e incorporaram o procedimento de gestão autônoma e coletiva ensinado nos eventos de capacitação de agentes e recomendado de forma reiterada como princípio fundamental para o desenvolvimento de suas bibliotecas. Os relatos dos agentes de leitura reforçam e validam a proposta de que é necessária a criação de bibliotecas no meio rural como equipamento comunitário indispensável para o desenvolvimento humano, econômico e cultural, assim como são as escolas, os postos de saúde e as associações comunitárias.

Para além do Programa citado, Soares (2012), destaca três principais conquistas que contribuíram com o acesso à Educação do Campo: a primeira, foi a união e fortalecimento de movimentos e organizações populares na luta dos povos do campo. Esses coletivos deram origem a uma Articulação Nacional da Educação do Campo levando o debate para espaços públicos buscando políticas educacionais para o campo e consolidando uma frente política. A segunda está relacionada à consolidação pedagógica voltada para a formação, construindo uma prática educativa coletiva em parcerias com universidades e o setor de Educação do MST.

E, a terceira conquista, foi o impacto do I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1997). Diante do Censo, dos 161.556 beneficiários da Reforma Agrária participantes da pesquisa, 46.577 eram analfabetos; 15.600 tinha alfabetização incompleta; 66.796 só tinha completado a quarta série; 16.490 tinha concluído entre a quinta e a oitava série; 3.720 tinham concluído o ensino. Os dados apresentados e a tamanha desigualdade social fundamentam as ações dos movimentos sociais para modificar a realidade educacional dos povos do campo.

Molina (2004, p.14), também destaca conquistas importantes para a Educação do Campo:

Uma conquista recente do conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas, foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº36/2001 e Resolução nº1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Outra conquista política importante é a entrada da questão da Educação do Campo na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na agenda do governo federal.

A partir da história e das lutas pela Reforma Agrária, tornou-se evidente a importância da Educação do Campo para as famílias que vivem no meio rural. No entanto, de acordo com Pavini *et al.* (2022), um dos principais desafios para a consolidação das políticas públicas de

Educação do Campo é a falta de coesão entre elas. Para garantir os direitos sociais de todos os agricultores, em especial o direito à Educação, é necessário criar políticas diferenciadas que sejam definidas com a participação de todos os envolvidos.

Nesse sentido, a autora realizou uma análise documental da legislação de políticas públicas sobre Educação do Campo, tendo como foco principal o Decreto 7.352 de 04 de novembro de 2010, que regulamenta a política educacional do campo (BRASIL, 2010). Através dessa análise, foi possível identificar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo e suas diretrizes, bem como as necessidades ainda não contempladas e os desafios que ainda precisam ser superados para a consolidação dessas políticas (PAVINI *et al.* 2022).

De acordo com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro, o Governo Federal tem a responsabilidade de estabelecer e implementar mecanismos para garantir a manutenção e o desenvolvimento da Educação nas áreas rurais. O objetivo é superar a falta de acesso à Educação e reduzir o analfabetismo entre jovens e adultos que vivem no campo. Além disso, busca-se promover o ensino básico em termos de qualificação social e profissional para esses mesmos jovens e adultos. Também é importante garantir o acesso a serviços básicos como eletricidade, água potável e saneamento, além de promover a inclusão digital e capacitar professores para lecionar em escolas rurais. Para alcançar esses objetivos, existem diversos programas e políticas públicas. De acordo com Plano Nacional de Educação (PNE) de 2010, os seguintes programas são classificados como política pública rural (BRASIL, 2010).

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), programa implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agropecuário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), define os objetivos de gestão, beneficiários e atribuições ao Incra. O Pronea coordena e gerencia projetos e manuais técnicos para atividades de missão pedagógica, visando atender jovens e adultos de famílias atendidas pelo Projeto de Assentamento do Incra, professores e educadores participantes do programa e alunos matriculados em famílias e cursos profissionalizantes do Incra.
- Programa de Apoio ao Ensino Superior Rural (Procampo) oferece cursos de graduação para professores que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e médio em escolas rurais.
- Projovem Campo, programa do governo federal que oferece a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados, graduação em dois anos com Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental com qualificação em Agricultura Familiar.

- Programa Escola Ativa oferece bolsas de estudo e pesquisa para professores e educadores se qualificarem.
- Programa de Construção de Escolas no Campo, desenvolvido pelo governo federal e oferece a municípios e estados projetos de escolas com uma a seis salas de aula.

A luta por Reforma Agrária e por um projeto de Educação no/do campo resultou em programas específicos, como o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), destinado à formação de educadores, além de garantir a escolaridade e formação profissional para jovens e adultos dos Projetos de Assentamentos rurais. A resistência dos camponeses e a luta pela garantia de direitos básicos visam promover mudanças e transformações sociais, rompendo com o processo de exclusão que afeta as populações rurais (JESUS, 2010).

Ainda segundo o autor, a I Conferência por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia/GO, em julho de 1998, foi um marco importante na consolidação do debate sobre a Educação no Campo. Essa manifestação popular culminou na criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 4 de julho de 2003 (JESUS, 2010).

A realização da II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em agosto de 2004, aprofundou o debate sobre as problemáticas do campo, envolvendo diversas entidades e instituições brasileiras e estrangeiras. Após as duas conferências, foram definidas propostas de encaminhamento, com base nos diagnósticos, que refletem a realidade vivida pelas populações rurais (JESUS, 2010). Essas iniciativas têm sido fundamentais para garantir o acesso à Educação no/do campo e para promover transformações sociais e políticas nessas regiões.

### 5.3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou simplesmente a sigla MST segundo Fernandes (2000) é um movimento socio-territorial que une diferentes categorias de camponeses chamados de *sem terra* que lutam pelo direito à terra, reforma agrária e mudanças na agricultura brasileira. De acordo com o MST (2015, p.6), o MST é “um movimento social autônomo, de caráter político e sindical, que se organiza a partir da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país”, que tem o

objetivo de organizar os trabalhadores da zona rural e a sociedade para alcançar a Reforma Agrária e um projeto popular para o Brasil.

De acordo com Fernandes (2000, p.18):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

O surgimento do MST está intrinsecamente ligado a uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil. A partir do final da década de 1970, as lutas pela terra foram retomadas, principalmente na região Centro-Sul do país, e gradualmente se espalharam por todo o território nacional, levando à formação do MST. A Organização foi concebida entre os anos de 1979 e 1984, e formalmente estabelecida na I Conferência Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu em Cascavel, no Paraná, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, conforme relatado por Caldart (2001).

De acordo com Bauer (2016), o MST nasceu em um processo de resistência e enfrentamento à política de desenvolvimento agropecuário adotada durante o regime militar, em um período que se estendeu de 1978 a 1985. Nesse processo, o MST se posicionou contra a expropriação de terras e a exploração do desenvolvimento capitalista. Em linhas gerais, a luta do MST foi direcionada à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e à busca por transformações sociais profundas.

Para Barros (2008), os movimentos de reivindicação por direitos ao acesso à terra e reconhecimento como trabalhador do campo são uma questão antiga na história do Brasil. Eles iniciaram por volta de 1950 com as Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado e advogado Francisco Julião. Durante a ditadura militar, essas Ligas foram abafadas e somente ressurgiram no final da década de 1970, assumindo a forma de um movimento social ligado a sindicatos trabalhistas.

Em 1994, o MST foi fundado, ganhando características múltiplas por meio de militantes preocupados não somente com o acesso ao direito à terra, mas também com a Educação e a luta por um novo modelo político e econômico para os trabalhadores do campo e para a sociedade em geral (BARROS, 2008).

Ao longo dos anos, o MST tem realizado ocupações de terras, pressionado os governos pela Reforma Agrária e lutado pelos direitos dos trabalhadores rurais sem terra. Apesar de ter surgido em um contexto de ditadura militar, o movimento pela Reforma Agrária

e pela justiça social no campo tem raízes históricas profundas no Brasil, e vem se desenvolvendo ao longo de décadas de luta e resistência. O MST é apenas um dos muitos movimentos e organizações que trabalham para transformar a realidade dos trabalhadores rurais brasileiros (BARROS, 2008).

Segundo Fernandes (2012), o MST se tornou presente em todas as regiões do Brasil e obteve êxito na criação de inúmeros assentamentos rurais nas décadas de 1980 e 1990. Esse processo representou um renascimento do Movimento Camponês Brasileiro, que havia sido reprimido e praticamente extinto durante a Ditadura Militar que ocorreu entre 1964 e 1985. Durante esse período, foi criada a Lei de Terras, que apresentava os princípios da reforma agrária clássica, porém nunca chegou a ser implementada.

Já em 1985, durante o primeiro governo após a redemocratização, o I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi elaborado. O Plano, elaborado pela equipe do professor José Gómez da Silva, mapeia o surgimento dos movimentos de massa na época e propõe atender 1,4 milhão de famílias em apenas quatro anos. Em resposta, os fazendeiros expressaram sua vontade de se opor ao movimento e à luta social, tanto política quanto militarmente, criando a União Democrática Ruralista (UDR). Ainda, segundo Fernandes (2012), fortes ações foram tomadas para que o PNRA nunca fosse implementado.

Após a elaboração da nova Constituição Federal Brasileira, em 1988, a Reforma Agrária foi recebida com reveses pelos agricultores. Embora tenha sido ratificado na Constituição, os ruralistas conseguiram retirar o princípio da extinção do latifúndio e torná-lo condição de produção ou não produção, passando inclusive sua definição para uma lei complementar. Com essa tática, criaram problemas jurídicos que paralisaram a iniciativa e a celeridade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A regulamentação sobre aquisição de terras não existia até 1993, com a aprovação da Lei 8.629. O aumento das ocupações de terras e do número de famílias acampadas pressionou o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, que realizou uma ampla política de assentamentos rurais Fernandes (2012).

De acordo com o MST (2015), após a promulgação da Constituição de 1988, o INCRA adquiriu status constitucional em função da forte mobilização dos trabalhadores rurais. A Carta Magna também estabelece que a desapropriação de terras improdutivas é o principal instrumento da Reforma Agrária, sendo que o Estado é responsável por realizar essa mudança.

Durante o governo do Presidente José Sarney, as propostas de Reforma Agrária ficaram apenas no papel, em decorrência da pressão dos interesses dos grandes proprietários

de terra. Em cinco anos, menos de 90 mil famílias sem-terra foram assentadas. Mesmo com a violência e a conivência do Estado, esse foi um período de crescimento para o MST, que organizou centenas de acampamentos e ocupações (FERNANDES, 2012).

Segundo Fernandes (2012), as esperanças de uma efetiva Reforma Agrária foram concretizadas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil. O II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) foi elaborado em 2003, com o objetivo de reassentar 400 mil famílias por meio da reforma agrária, requisitar e regularizar fundiariamente 500 mil famílias e oferecer crédito fundiário a 130 mil famílias. Durante seu segundo mandato, o Presidente Lula cumpriu parcialmente as promessas feitas em 2003. No entanto, seu governo continuou a priorizar a regularização fundiária na Amazônia e somente desapropriou terras em casos de conflito intenso.

De acordo com Fernandes (2012), o MST teve uma participação fundamental nos avanços da questão agrária e nas lutas por terra no Brasil, expressas em lemas. Entre 1979 e 1983, o lema do MST era "Terra para quem nela trabalha", inspirado pela Comissão Pastoral da Terra e pelas lutas históricas pela terra na América Latina. Em 1984, no I Encontro Nacional, o lema foi alterado para "Terra não se ganha, terra se conquista". Entre 1985 e 1989, os lemas foram "Sem Reforma Agrária não há Democracia" e "Ocupação é a única solução". Em 1989, o MST adotou o lema "Ocupar, resistir, produzir", que se tornou muito conhecido, juntamente com sua bandeira criada no III Encontro Nacional, em 1987. Essas palavras refletem as ações do Movimento em busca de um acesso democrático à terra para trabalhar, produzir e viver com dignidade, enfrentando as formas de subordinação impostas pelo capital. No final da década de 1990, o MST elegeu o lema "Reforma Agrária. Por um Brasil sem latifúndio". Com a emergência do agronegócio, a luta se intensificou, e em seu V Congresso, o MST adotou um novo lema: "Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular". Esse lema defende a soberania alimentar, que busca garantir o direito das pessoas de produzir seus próprios alimentos e não permitir que o agronegócio amplie seu controle sobre a alimentação. Assim, a luta pela terra se tornou também uma luta pela comida. Segundo o MST (2013), em 2007, no V Congresso do MST, além do lema supracitado: "Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular", foi adotado também o seguinte lema: "Lutar, construir Reforma Agrária Popular". Em 2014 no XX Congresso do MST, "Reforma Agrária, justiça no campo e na cidade!". Em suma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido uma resistência na luta pela Reforma Agrária no Brasil, buscando igualdade e dignidade tanto no campo quanto na cidade.

#### 5.4 EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO MST

Conforme apontado por Kolling, Vargas e Caldart (2012), a Educação é uma dimensão central da luta do MST pela terra e está intimamente ligada à trajetória do Movimento. Ao longo do tempo, o MST tomou decisões políticas que foram moldando sua luta e sua organização coletiva, como a decisão de articular o trabalho de Educação das novas gerações dentro do próprio Movimento.

Essa articulação envolveu o desenvolvimento de propostas pedagógicas específicas para as escolas dos assentamentos e acampamentos, além da formação de educadores comprometidos com a luta pela terra e pela justiça social. A luta por escolas públicas dentro dos assentamentos e acampamentos sempre foi uma característica fundamental do Projeto de Reforma Agrária do MST (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012).

Os autores realçam que desde o início da luta pela terra, o movimento buscou garantir o acesso à Educação para as famílias sem-terra, primeiro nos acampamentos e depois nos assentamentos. E, para organizar essa luta, o MST criou o setor de Educação, cujo principal objetivo era articular as demandas por Educação dentro do Movimento e lutar por uma Educação pública, popular e de qualidade para todos.

Inicialmente, na década de 1980, a perspectiva de necessidades e direitos se expandiu para a Educação básica de crianças e adolescentes. Aos poucos, na década de 1990, alfabetização e educação de jovens e adultos. No final dos anos 90 e início dos anos 2000, começaram as lutas concretas pelo acesso ao ensino médio na área da Reforma Agrária e conquista por escolas públicas no campo, sendo ainda um desafio, asseveram Kolling, Vargas e Caldart (2012).

Segundo estimativas citadas pelos autores, o MST já conquistou cerca de 1.800 escolas públicas (estaduais e municipais) em seus assentamentos e acampamentos, das quais 200 oferecem ensino fundamental completo e cerca de 50 ensinos médio nelas estudando cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos sem-terra. Nesse período, o MST ajudou a formar a maior parte dos mais de 8 mil educadores que trabalham nessas escolas. Também lançou um programa de alfabetização de jovens e adultos, que em 2011, envolveu mais de 8 mil alunos e 600 educadores.

O MST tem uma trajetória de luta pela Educação e formação de educadores que está profundamente conectada com a sua luta pela terra. De acordo com Kolling, Vargas e Caldart (2012), o MST tomou decisões políticas importantes que moldaram a sua organização coletiva, incluindo a decisão de articular o trabalho de Educação das novas gerações dentro do

Movimento e desenvolver propostas pedagógicas específicas para as escolas dos assentamentos e acampamentos, formando seus educadores.

É fato que, desde o início da luta pela terra, o MST reconheceu a importância da Educação como uma ferramenta para a construção de um mundo mais justo e igualitário. A luta por escolas públicas dentro dos assentamentos e acampamentos foi uma característica fundamental do projeto de Reforma Agrária do MST, e a organização dessa luta foi o principal objetivo da criação do setor de Educação do Movimento.

O MST realiza práticas de educação infantil em suas aulas, congressos, acampamentos e assentamentos e possui um currículo tecnológico que inclui aproximadamente 50 turmas de cursos de nível médio e superior, em parceria com universidades e órgãos federais, com cerca de 2 mil alunos. A atuação do MST na Formação de Educadores foi reconhecida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que concedeu ao movimento o prêmio "Educação e Participação" em 1995 (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012).

A I Conferência Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), realizada em julho de 1997, foi uma exibição pública do trabalho que o Movimento vinha desenvolvendo nas escolas de assentamentos, na educação de crianças, jovens e adultos sem terra e na formação de educadores. O evento foi impulsionado pela Marcha Nacional a Brasília por Reforma Agrária, que ocorreu entre fevereiro e abril de 1997, reunindo mais de 700 educadores. O Enera contou com a participação de professores universitários apoiadores do trabalho do MST e foi o ponto de partida para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012).

## 5.5 BIBLIOTECA RURAL

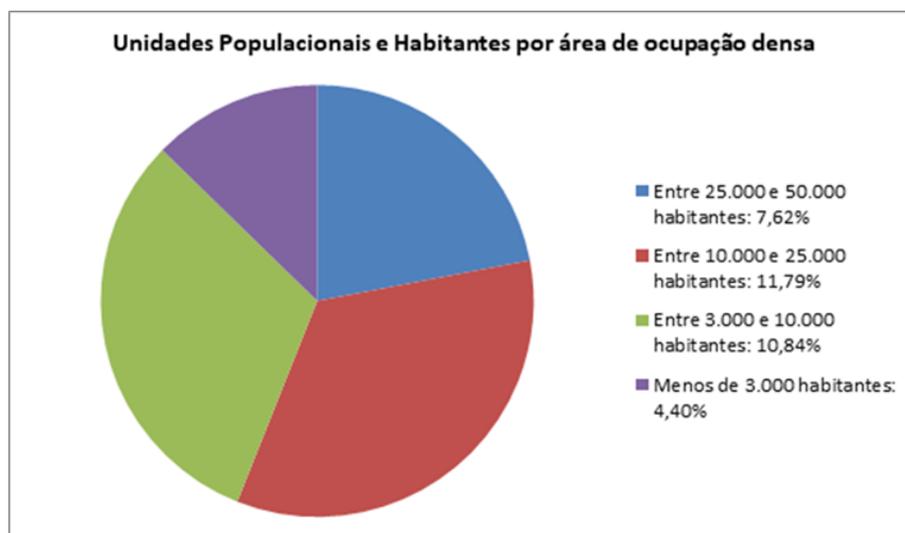
O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia indica que a biblioteca rural é “biblioteca que atende a uma população que reside em zona rural” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p.53). Entendendo assim, que a biblioteca rural tem essa definição por estar inserida no campo e que o espaço geográfico a nomeia biblioteca rural. Para Felipe e Araújo (2020), ao incorporar o adjetivo "rural" ao termo "biblioteca", é possível indicar a localização geográfica da unidade e o ambiente em que atua, ou seja, em áreas rurais. Essa inclusão permite identificar diferentes tipologias de bibliotecas que atendem às necessidades específicas da população local residente, possibilitando a sua designação como "bibliotecas rurais". Nesse sentido, é importante reconhecer que as bibliotecas rurais possuem particularidades que as diferenciam das bibliotecas urbanas, o que demanda estratégias e

ações específicas para o seu funcionamento e atuação efetiva no contexto em que estão inseridas. Para Soares e Carneiro (2010, p.16):

A expressão comunidades rurais pode ser usada para os povoados e núcleos rurais, para alinhamento justificado as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, os aglomerados rurais dos parcelamentos de terras, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades de remanescentes de quilombos, as indígenas, ribeirinhas e os agrupamentos de famílias trabalhadoras e residentes em grandes propriedades agrícolas.

De acordo com os dados recolhidos do último Censo Demográfico, de 2010, o Brasil possui 5.565 municípios e, deste total, 811 municípios estão localizados em unidades populacionais consideradas rurais (IBGE, 2010). O gráfico 1 representa em imagem a porcentagem de ocupação densa de municípios brasileiros.

Gráfico 1: Unidades Populacionais e Habitantes por área de ocupação densa.



Fonte: Baseado nos dados do IBGE, 2010.

Com base no Gráfico 1, que representa a densidade populacional dos municípios brasileiros, pode-se notar que cerca de 27,03% da população total do país está localizada em unidades populacionais rurais com uma densidade populacional de 25.000 a 3.000 habitantes por área. É nesse contexto que as bibliotecas rurais assumem um papel fundamental na promoção do acesso à informação, incentivo à leitura e alfabetização e letramento das comunidades rurais. Essas bibliotecas são importantes espaços de Educação não formal liderados pela comunidade, que visam a disseminação do conhecimento e contribuem para o desenvolvimento das áreas rurais do país. Segundo Cavalcanti e Araújo (2020, p. 120):

As bibliotecas rurais se apresentam como centros culturais e informacionais importantes para comunidades que sofrem com falta de serviços e recursos e que são, em geral, preteridas quanto a políticas públicas e mesmo dentro de um recenseamento mais especializado, como demonstrado a partir das reflexões do

próprio IBGE. Essas bibliotecas surgem, então, como equipamentos a preencherem lacunas de políticas direcionadas para informação e cultura.

Para Soares e Carneiro (2010, p. 17):

A biblioteca surge no rol de atividade e serviços necessários, recentemente incluídos na pauta de reivindicações dos movimentos sociais e sindicais para o campo, como componente importante do processo de desenvolvimento educacional, cultural e do trabalho.

Transformando assim, a biblioteca em uma aliada na democratização da informação, sendo um componente necessário para levar o acesso à informação e cultura para pessoas da cidade e do campo.

De acordo com Cunha, a biblioteca é “um instrumento mobilizador da comunidade por promover a participação cidadã e o acesso ao livro às famílias em áreas rurais” (CUNHA, 2014, p. 26). E apesar da falta de investimento para manter uma biblioteca, elas resistem através do apoio da sociedade civil que sempre se engaja em movimentos em prol do incentivo à leitura e promove atividades culturais, incluindo, assim, a biblioteca na vida cotidiana dos moradores da zona rural.

As bibliotecas rurais e comunitárias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das áreas rurais, sendo ambas lideradas pela comunidade e voltadas para a Educação não formal.

De acordo com Rodrigues (2010), a biblioteca rural é uma alternativa importante para o acesso à informação em áreas que antes não eram alcançadas pelas políticas de incentivo à leitura. A relevância desse tipo de biblioteca reside em sua capacidade de contribuir para a formação de pensamento crítico por meio do conhecimento adquirido pela leitura e atender às necessidades informacionais de comunidades específicas. Embora não possua um acervo tão amplo quanto o de uma biblioteca pública, a biblioteca rural é uma ferramenta eficaz para a organização e a promoção da cultura, além de ser uma importante forma de combater a exclusão social.

Segundo Santos (2018), a biblioteca rural não se restringe apenas a um lugar para ler livros, mas é também um espaço para a disseminação de informações em locais onde o acesso à informação é escasso. Apesar da falta de trabalhos teóricos e práticos sobre a atuação dessas bibliotecas em comparação com as bibliotecas urbanas, Felipe e Araújo (2020), destacam três iniciativas: a Arca das Letras, as Minibibliotecas EMBRAPA (da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e o Programa Expedição da Associação Vaga Lume, que mostram como esses espaços são importantes para as comunidades rurais, permitindo o acesso à informação e promovendo a educação.

Reforçando Santos (2018) e para Perucchi (1999), a biblioteca tem como função contribuir com atividades educacionais, oferecendo à comunidade material necessário para enriquecer o programa escolar, habilitando as pessoas a utilizarem os livros e a desenvolverem a capacidade de pesquisa, além de sustentar os programas de ensino. Como a biblioteca escolar é um espaço altamente educativo e o bibliotecário desempenha um papel formativo na vida dos alunos e professores, é possível avaliar os benefícios que trazem para a comunidade rural. As práticas pedagógicas que valorizam os costumes e padrões rurais colocam os alunos em um papel de produtores de conhecimento, e não apenas reprodutores.

## 5 METODOLOGIA

Aqui serão abordados todos os aspectos relativos à pesquisa e os procedimentos metodológicos.

### 5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esse estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa de natureza aplicada quanto à utilização dos resultados. Quanto aos fins se define como descritiva, visto que tem o intuito de conhecer a problemática sobre a área de estudo onde a pesquisa foi realizada. A natureza do método é qualitativa. O pesquisador mantém contato com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo (GIL, 2008). Segundo Gil (2008, p.42), a pesquisa descritiva “envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática”.

### 5.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Antes de trazer informações sobre universo e amostra, torna-se importante trazer ao entendimento o que é considerado assentamento e acampamento. Acampamento é conceituado como espaço e momento de transição na luta pela terra. Os acampamentos são uma expressão da organização dos sem-terra, trazendo em si os principais elementos que definem o movimento. Esses espaços são, em grande parte, o resultado de ocupações, marcando os primeiros momentos do processo de territorialização camponesa em latifúndios e territórios dominados pelo agronegócio. Por serem realidades em transformação, os acampamentos são um exemplo da resistência e da luta dos movimentos sociais. (FERNANDES, 2012).

O Assentamento é considerado um processo de Reforma Agrária que consiste na distribuição de terras públicas ou desapropriadas para fins sociais a trabalhadores rurais sem-terra, visando garantir o acesso à terra e a melhoria de suas condições de vida. Esse processo busca promover a justiça social, a igualdade de oportunidades e a democratização da terra no campo, além de estimular o desenvolvimento sustentável da região e a produção agroecológica. O assentamento se constitui como um modelo de organização social e produtiva no campo, baseado em princípios coletivos e na solidariedade entre os trabalhadores rurais. (LEITE, 2012).

Em 2009, há registro do próprio website do MST afirmando que o Movimento está organizado em 100 municípios de Pernambuco, divididos por 14 regionais, com 184 assentamentos e 163 acampamentos (MST, 2009).

Em março deste ano, nos dias 6 a 8, na Praça do Derby, na cidade do Recife, ocorreu a Jornada das Mulheres do MST, onde assentadas rurais estiveram presentes no acampamento estadual Luiza Ferreira, bem como os dirigentes do Movimento. Momento oportunizado para a realização da coleta de dados da presente pesquisa.

Devido ao tipo de evento e à dificuldade de realização da coleta de dados durante uma Jornada, estimou-se uma amostra de no mínimo 50 assentadas, selecionadas de forma aleatória. A partir dos resultados da entrevista, apresentam-se as bibliotecas rurais mencionadas.

### 5.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a coleta de dados foi elaborado um roteiro de perguntas para entrevistas, com o objetivo de coletar informações sobre a presença de bibliotecas e escolas nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como entender como a biblioteca tem contribuído para a democratização da informação no campo.

Foi realizado um pré-teste com duas assentadas e observou-se a necessidade de introduzir mais duas perguntas.

A entrevista baseada em roteiro, está composta por 12 perguntas, sendo que 10 delas são de múltipla escolha, e 2 são de perguntas abertas. A escolha do tipo de perguntas pode fornecer mais informações e detalhes sobre a presença de bibliotecas e escolas nos assentamentos do MST.

As perguntas foram colocadas em Google Forms para facilitar a forma de coleta por parte da autora da pesquisa, devido ao local da realização das entrevistas. De tal modo, ao entrevistar, seria prático registrar rapidamente as respostas dos respondentes em meio eletrônico.

Com as informações coletadas através das entrevistas, pode-se obter uma visão mais precisa sobre a situação educacional dos assentamentos do MST e, conseqüentemente, identificar possíveis necessidades de investimentos na área educacional dessas comunidades.

### 5.4 PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

- A primeira etapa: para os estudos, incluiu a realização de levantamentos bibliográficos com as seguintes palavras-chave: Biblioteca Rural, Educação do campo, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nas seguintes fontes de informação: BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, SciELO, Portal de Periódicos da Capes, BRAPCI, dentre outras como repositórios, Google Acadêmico e websites oficiais das instituições. A realização de pesquisas no âmbito bibliográfico ocorreu durante o período de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, tendo sido retomada em abril para atualizações.
- A segunda etapa: estudo de campo com visita à Biblioteca Alexina Crespo no assentamento Che Guevara no Município de Moreno, para conhecer o contexto e conversar informalmente com os moradores.
- A terceira etapa: realização de pré-teste no dia 7 de março, com duas assentadas no acampamento estadual Luiza Ferreira durante a Jornada das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ocorreu nos dias 6 a 8 de março, na Praça do Derby, na cidade do Recife.
- A quarta etapa: coleta de dados no dia 8 de março, a escolha das datas para a realização do pré-teste e coleta foi estratégica, visto que ocorreram durante a Jornada das Mulheres do MST, que é um momento importante de mobilização e diálogo dentro do movimento. O acampamento foi escolhido por ser também um encontro estadual onde assentamentos da maioria do Estado de Pernambuco estavam presentes, o que permitiu uma coleta de dados mais representativa e abrangente sobre a realidade dos assentados em Pernambuco.
- A coleta de dados foi realizada através da aplicação de entrevistas, que foram respondidas pelas próprias assentadas do MST e dirigentes do MST que concordaram em participar de forma anônima da pesquisa, respeitando a decisão de participar ou não, mediante Termo de Consentimento (APÊNDICE 1).

## **6 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS**

Nesta seção, apresentam-se os resultados do estudo a respeito da importância da Biblioteca como espaço de acesso à informação e ao conhecimento no contexto do assentamento do MST de Pernambuco, considerando a sua contribuição para o desenvolvimento educacional, cultural e político dos assentados.

Para realizar a análise dos dados da pesquisa, chegaram-se a 70 pessoas assentadas e acampadas do MST, que vivem em diversas regiões do estado de Pernambuco, foram entrevistados através de um roteiro de entrevista testado previamente.

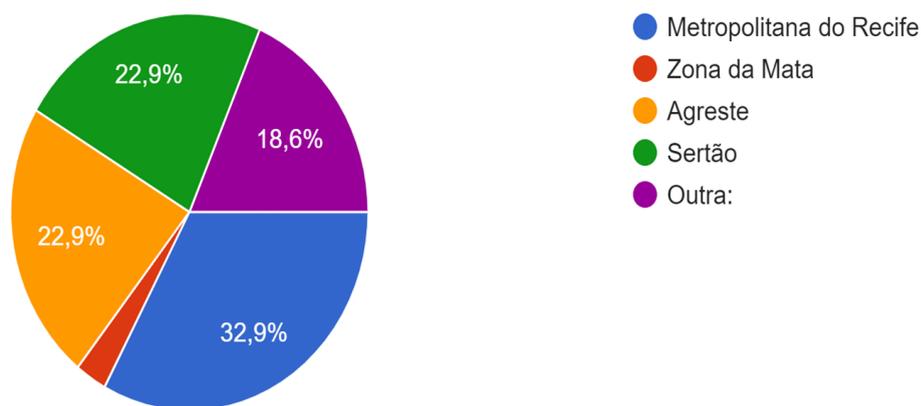
Os dados obtidos na pesquisa estão, abaixo, apresentados por meio de gráficos e explicações considerando resultados obtidos.

1. A primeira parte da entrevista, trata da abordagem quanto ao consentimento do respondente para participação na pesquisa e autorização para publicação, indicação do nome (opcional, com garantia de anonimato).
2. Em seguida, solicita-se a indicação do assentamento ao qual o assentado faz parte, a região do assentamento e a cidade.

O Gráfico 2 apresenta informações importantes sobre a distribuição dos entrevistados em relação aos locais onde vivem, sendo possível identificar que a maioria reside em assentamentos e acampamentos na região Metropolitana do Recife, representando 32,9% do total. Essa informação é relevante para compreender a realidade desses assentamentos e acampamentos na região. A região Agreste aparece em segundo lugar no gráfico, com 22,9% dos entrevistados.

Gráfico 2: Região do Assentamento dos entrevistados.

70 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

Com base na lista de assentamentos e acampamentos do MST mencionados na entrevista com os 70 assentados, é possível perceber a presença significativa do Movimento em diversas regiões de Pernambuco.

É notável que os assentamentos e acampamentos possuem nomes que homenageiam figuras importantes da história e da luta social, como Marielle Franco, Paulo Freire, Nelson Mandela e Che Guevara, demonstrando o comprometimento e a valorização da história e cultura dessas comunidades.

### 3. Distribuição dos entrevistados em assentamentos ou acampamentos

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos entrevistados em cada assentamento ou acampamento: 21 de novembro (1), Abreu e Lima (3), Almécega (9), Antônio Nascimento (1), Antônio Conselheiro (1), Boa Vista (2), Camaragibe (1), Camurim Grande (1), Canoa Rachada (2), Catalunha (1), Che Guevara (2), Conquista de Bonito (1), Ipanema (6), Jabuticaba (3), Josias Barros (1), Josué de Castro (1), João Pedro Teixeira (3), Luísa Ferreira (4), Lula Livre (7), Malhada (1), Marielle Franco (6), Matriz da Luz (1), Mulatinha (1), Nelson Mandela (2), Normandia (2), Paulo Freire (2), Serra Preta (3), Vida Nova (1) e Virgulino Ferreira (1).

A presença desses assentamentos e acampamentos também evidencia a importância do MST na luta pela Reforma Agrária e na promoção da igualdade social. Nesse sentido, a criação de bibliotecas nas zonas rurais desses assentamentos e acampamentos se torna ainda mais relevante, uma vez que é necessário garantir o acesso à informação e ao conhecimento para essas comunidades.

Gráfico 3: Distribuição dos entrevistados em cada assentamento ou acampamento.



Fonte: autoria própria, 2023.

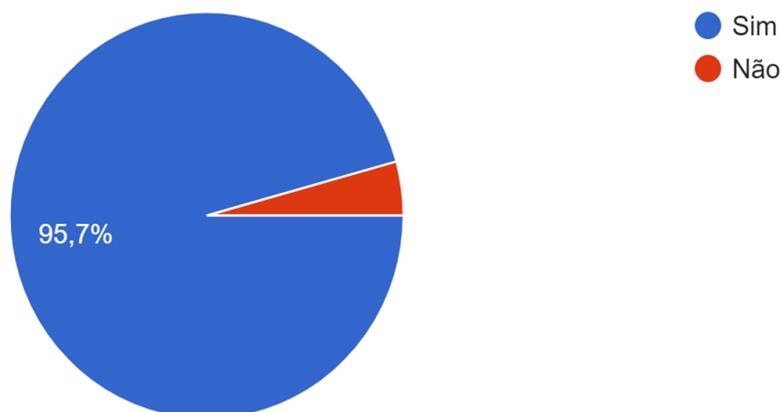
#### 4. Participação escolar dos entrevistados

Segundo Benjamin e Caldart (2001), assim que se inicia a luta pela terra, os assentados do MST começam a luta pela escola, sendo um meio de transformação social, permitindo que os assentados tenham acesso à Educação que os ajudem a compreender a realidade em que vivem e a lutar por seus direitos. Portanto, ao analisar a trajetória do Movimento, fica evidente que o MST incorporou a luta pela Educação em sua dinâmica.

O Gráfico 4 apresenta um dado importante sobre a frequência escolar dos entrevistados, com 95,7% dos entrevistados afirmando ter frequentado a escola em algum momento de suas vidas.

Gráfico 4: Percentual de entrevistados que frequentaram a escola.

70 respostas



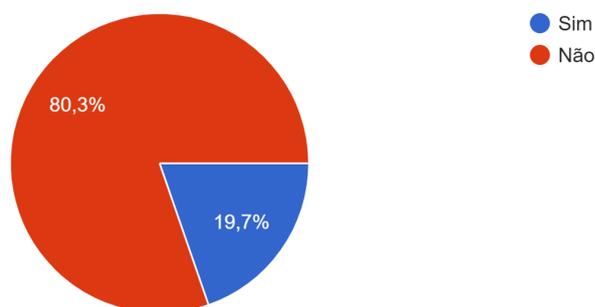
Fonte: autoria própria, 2023.

##### 5. Grau escolar dos entrevistados

No entanto, o dado que chama a atenção é que apenas o gráfico 5 apresenta que 19,7% dos entrevistados frequentaram escolas dentro dos próprios assentamentos. Isso pode indicar que muitos assentados precisam se deslocar para outras áreas para ter acesso à Educação. Esse deslocamento pode ser um fator que limita o acesso à Educação e pode tornar a frequência escolar mais difícil, especialmente para aqueles que não têm meios de transporte ou acesso fácil a escolas próximas.

Gráfico 5: Entrevistados frequentaram escolas dentro dos próprios assentamentos.

61 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

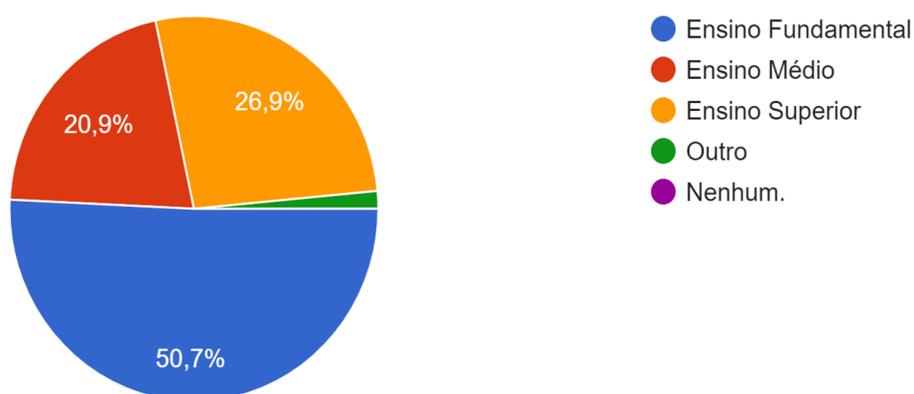
## 6. Sobre alfabetização

O Gráfico 6 apresenta informações sobre o nível de escolaridade dos entrevistados.

De acordo com o gráfico, 50,7% dos entrevistados cursaram o ensino fundamental, o que indica que uma parcela significativa da população assentada possui um nível de Educação básica. No entanto, apenas 18 entrevistados afirmaram ter ensino superior completo.

Gráfico 6: Grau de ensino dos entrevistados.

67 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

Segundo Carvalho (2019), o Brasil possui altos índices de analfabetismo, e em geral, o sujeito analfabeto tem um perfil: pertence a uma classe mais vulnerável da sociedade e mora em regiões rurais, onde precisou trabalhar desde criança.

Outra dificuldade enfrentada pela população do campo que limita o acesso a serviços e recursos educacionais, como escolas e bibliotecas são de viver em áreas isoladas ou distantes da escola, sendo um fator que contribui para altas taxas de absenteísmo e desistência escolar.

Com a luta e pressão por políticas públicas para o campo, surgiram programas do governo, já citados na pesquisa, que contribuiram para ajudar a melhorar a Educação nas áreas rurais, fornecendo recursos, infraestrutura e apoio para garantir o acesso à educação.

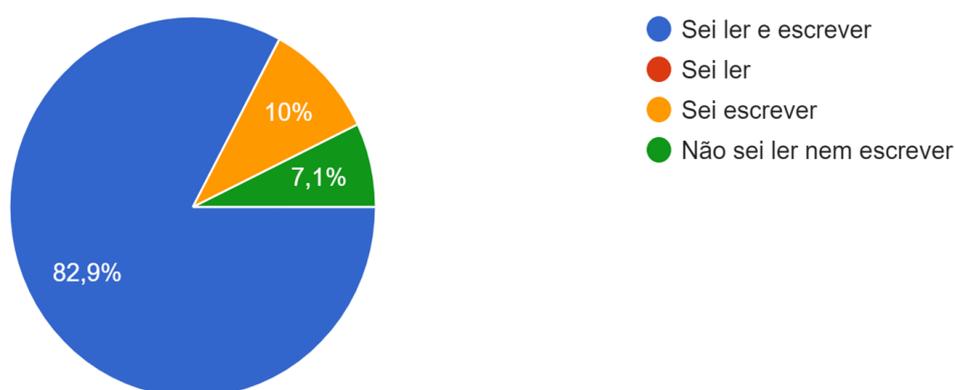
O Gráfico 7 indica que 82,9% dos entrevistados afirmaram saber ler e escrever. Isso é um indicador positivo. No entanto, não pode ser mensurado. É importante destacar que o acesso à Educação pode variar significativamente entre as áreas rurais e os diferentes assentamentos, dependendo de fatores como recursos financeiros e infraestrutura.

Além disso, saber ler e escrever também não garante necessariamente uma Educação de qualidade. Portanto, é importante que o governo e outras organizações continuem trabalhando para garantir que a população no campo tenha acesso a uma Educação completa e de qualidade, incluindo Educação básica e formação técnica e profissionalizante.

O alerta recai para os 17,1% dos entrevistados que responderam respectivamente: 10% sei escrever, sem saber ler e 7,1% não sei ler nem escrever. Na verdade, esse percentual significativo indica a ausência da alfabetização desses respondentes.

Gráfico 7: Percentual dos entrevistados que sabem ler e escrever.

70 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

## 7. Quanto ao tema da leitura

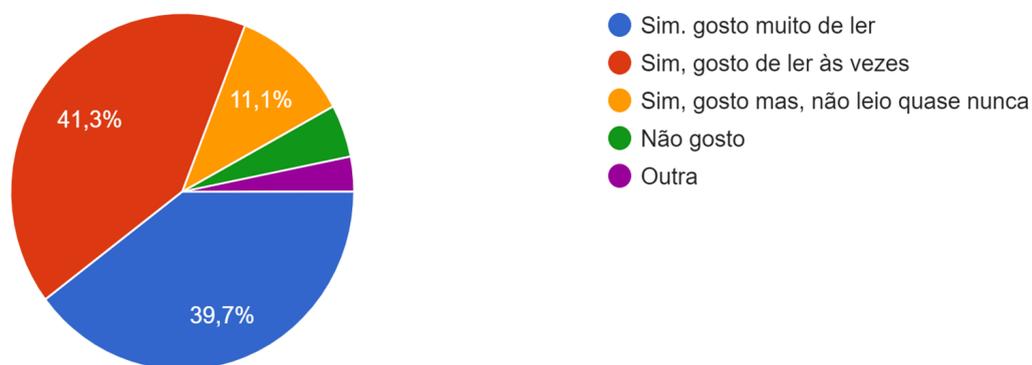
De acordo com o Gráfico 8, apresentado no estudo, 41,3% dos entrevistados afirmaram que gostam de ler *às vezes*. Esse dado é interessante, uma vez que muitos desses assentados não tiveram acesso a níveis mais elevados de Educação. É possível que o gosto pela leitura seja uma característica pessoal que independe do nível de educação formal alcançado.

Algumas pessoas simplesmente gostam de ler e são naturalmente curiosas sobre o mundo ao seu redor. No entanto, o fato de que muitos assentados gostam de ler apenas "às vezes" pode indicar uma falta de oportunidade para a prática da leitura.

Ademais, comparando estas respostas com as da questão anterior, temos: 17,1% ou sabe escrever e não sabe ler, ou não sabe ler nem escrever, logo esse é o total de pessoas possivelmente sem acesso à leitura. E nesta questão, 81% gosta e lê, enquanto 11,1% gosta mas não lê quase nunca, totalizando 92,1%, e o restante 7,9% não gosta ou não lê. De onde pode ser analisado que muito possivelmente os 17,1% de fato não sabem ler.

Gráfico 8: Percentual de entrevistados que gostam de ler.

63 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

## 8. Assentamentos com escola e biblioteca

Segundo D'agostini (2009), a realidade de 8.679 escolas rurais localizadas em 5.595 assentamentos no Brasil é de diversas problemáticas e uma delas em sua maioria não tem biblioteca. Importante destacar que de acordo com o MST (2001), a maioria das escolas em seus assentamentos e acampamentos não possuem biblioteca.

Isso se deve à exigência do Ministério da Educação e Desportos (MEC), que somente oferece a oportunidade de conseguir bibliotecas para escolas de Ensino Fundamental completo com mais de 100 alunos (MST, 2001).

Isso significa que apenas cerca de 100 escolas em acampamentos do MST do Brasil têm bibliotecas, enquanto outras escolas não atendem a essa exigência.

No entanto, algumas escolas em assentamentos conseguiram doações de livros de literatura infantil, juvenil e para adultos, bem como dicionários, atlas e mapas, criando assim experiências alternativas de biblioteca.

Com base na pesquisa, analisamos que as problemáticas citadas pela autora se assemelham, segundo o Gráfico 9, ou seja, dos 29 assentamentos em Pernambuco entrevistados, 46,4 % não tem escola nem biblioteca.

A falta de escolas e bibliotecas em assentamentos impede que as pessoas tenham acesso à Educação e aos materiais de leitura, o que pode limitar significativamente suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A Educação é um fator importante para a redução da pobreza e da desigualdade social, além de ser essencial para o desenvolvimento econômico de uma região.

Os dados da pesquisa apresentados no Gráfico 9 também mostram que, entre os assentados que responderam ter acesso à escola e à biblioteca no assentamento, 21,7% afirmam que a biblioteca tem contribuído para a promoção da Educação no campo. Essa é uma informação importante, pois destaca a importância da biblioteca como um recurso educacional para as comunidades rurais.

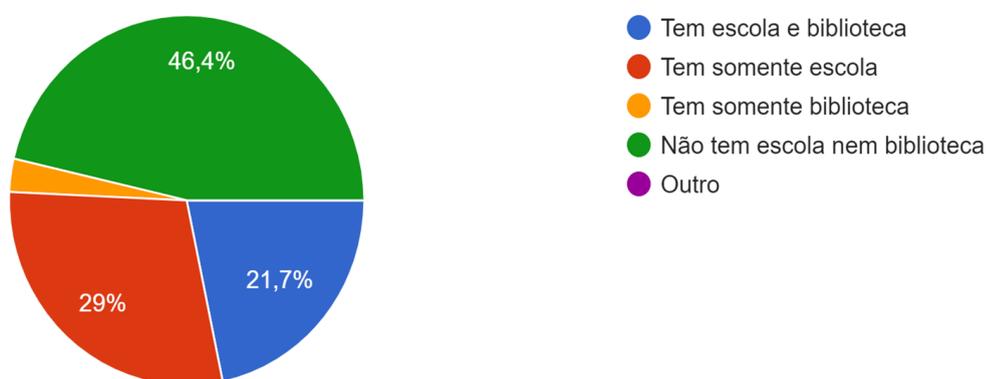
Os entrevistados foram questionados, se: “Como não tem biblioteca no Assentamento, você acha que deveria ter? Por que?” De acordo com os resultados obtidos, a maioria respondeu que sim, ou seja, acreditam que a presença de uma biblioteca e escola seria benéfica para o assentamento. Ao serem questionados sobre o porquê de ter uma biblioteca e uma escola no assentamento, os entrevistados tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões e percepções sobre a relevância:

- “Sim. Gostaria muito, porque meus netos estudariam, e eles tem que ir para outra cidade buscar estudo”.
- “Sim, porque sou a favor da leitura. Não tive a oportunidade e quero que meus filhos tenham, o estudo é muito importante”
- “Sim, porque as crianças não iam precisar sair para estudar longe e a biblioteca ia ajudar. As pessoas não acessam porque é longe”.

- “Sim, todo mundo tem que ter uma biblioteca, um espaço de aprendizagem.”
- “Sim. Para a gente não se deslocar para a cidade e ler um livro”.
- “Sim, os alunos querem fazer um trabalho simples e não tem acesso”.
- “Sim, porque seria um bom aprendizado, no acampamento tem muitas pessoas que querem aprender a ler e escrever e esse espaço iria ajudar”.
- “Sim. Para as crianças estudarem”.

Gráfico 9: Percentual de assentamentos que tem escola e biblioteca.

69 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

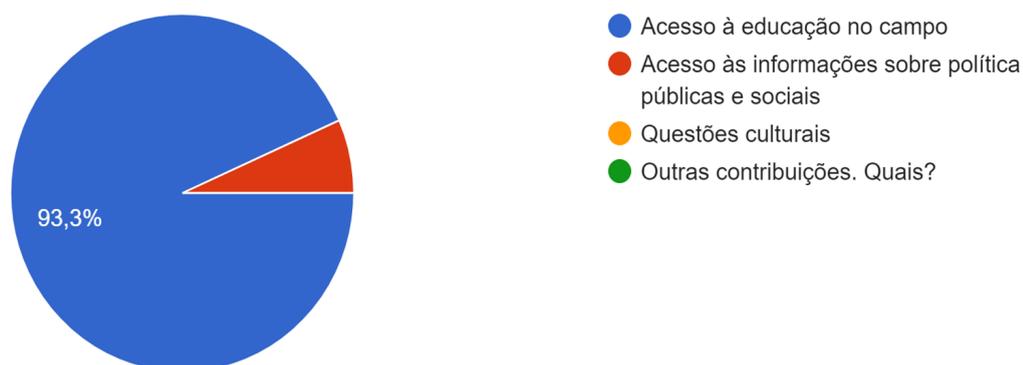
## 9. Biblioteca em assentamento

Os dados apresentados no Gráfico 10 revelam que a grande maioria dos entrevistados considera que a biblioteca no assentamento tem contribuído para a promoção da educação no campo. Essa percepção pode ser explicada por alguns fatores que destacam a importância das bibliotecas em áreas rurais: Democratização do acesso ao conhecimento e à informação, a criação de bibliotecas rurais permite que os assentados tenham acesso a materiais educativos e culturais de qualidade, que muitas vezes não estão disponíveis em suas comunidades. Isso contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e à informação; Promoção da alfabetização e da educação nas comunidades rurais, as bibliotecas oferecem materiais educativos e programas de leitura que contribuem para o desenvolvimento da linguagem, da leitura e da escrita dos assentados. Além disso, as bibliotecas rurais também promovem a formação de educadores populares e a realização de atividades pedagógicas em diferentes áreas do conhecimento; as bibliotecas rurais também são importantes espaços de encontro e

de organização popular. Elas permitem que os assentados se reúnam, discutam seus problemas e desafios e planejem ações coletivas.

Gráfico 10: Contribuição da biblioteca para o assentamento.

15 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

Os entrevistados foram questionados sobre como eles achavam que a biblioteca poderia contribuir no assentamento, “Como você acha que a biblioteca pode contribuir mais para o Assentamento?” Com base nos resultados obtidos, a maioria vê a biblioteca como um espaço de aprendizado, que pode contribuir de várias maneiras para o desenvolvimento do assentamento, mas que enfrenta desafios para se manter:

- “Difundir o acesso à leitura, principalmente infantil, porque a biblioteca está fechada e não está cumprindo nada”.
- “Estando aberta e com ações e incentivo à leitura principalmente com as crianças”.
- “Promovendo mais atividade tais como rodas de leitura, festivais, sarau, confecção de cordel, grupo de estudo e fomentar cultura e escrita”.
- “Pode contribuir muito para aumentar o nível de conhecimento dos assentados”.
- “Para ajudar nas atividades escolares”.
- “Muitos não sabem ler e seria um incentivo, a biblioteca pode ensinar muitas coisas”.
- “Uma equipe especializada para indicar livros e ajudar nas atividades”.

A afirmação de que os assentados veem a biblioteca como um espaço que pode oferecer uma gama de recursos que permitem o aprendizado e o acesso à informação, indica que eles reconhecem o valor. No entanto, é importante notar que, além do reconhecimento da

importância da biblioteca, também são necessárias ações concretas para garantir que a biblioteca esteja disponível e acessível para todos os assentados. Isso inclui uma equipe que possa auxiliar nas atividades dentro da biblioteca.

## **7 CONCLUSÃO**

Diante do exposto, é possível afirmar que o presente trabalho conseguiu alcançar todos os objetivos propostos ao realizar a revisão de literatura sobre a Educação no campo no país, incluindo as iniciativas da área de Biblioteconomia realizadas pelo MST. Com base nas percepções dos assentados, foi possível apresentar o contexto, as contribuições e os desafios enfrentados pela Biblioteca inserida em um assentamento do MST.

A análise realizada destacou o papel social e educacional da Biblioteca Rural como espaço de acesso à informação e ao conhecimento no contexto do assentamento do MST. Portanto, a biblioteca se torna uma grande aliada para combater a desinformação, desenvolver ações educativas e culturais para a transformação social e a melhoria das vidas nas comunidades no âmbito rural.

Esta pesquisa apresenta as contribuições das bibliotecas rurais e evidencia sua importância como fontes de informação e conhecimento em áreas remotas, pois torna-se relevante empreender ações para valorizar a cultura e a história das comunidades que vivem nesses locais, efetivando o registro, a guarda e a preservação da memória e da história, para acesso aos ricos conteúdos do campo e as vivências nesse ambiente.

A Biblioteca Rural contribui significativamente para a Educação e a vida dos moradores dos assentamentos do MST, mas é importante ressaltar que essa contribuição pode variar de acordo com cada assentamento. Algumas comunidades rurais podem ter mais facilidade em acessar os recursos disponíveis na Biblioteca Rural e, portanto, podem se beneficiar mais do que outras que não tem biblioteca.

Nos resultados da pesquisa, destacamos que em relação ao acesso à escola e biblioteca, 46,4 % dos assentados responderam não ter escola nem biblioteca no assentamento. E os entrevistados afirmaram que gostariam que tivesse uma biblioteca no assentamento pois ela poderia contribuir para a comunidade, pois seus filhos teriam uma biblioteca para estudar e também acesso a materiais, e disseram que as pessoas teriam um espaço para troca de informações e discussão dos problemas reais da comunidade, além das reuniões e eventos educacionais e sociais.

Reforçam a ideia, os assentados, 21,7% que tem escola e biblioteca no assentamento, visto que declararam que a biblioteca contribui para a Educação do campo. Essa informação mostra que a biblioteca é um recurso educacional importante para os assentados e que é percebido por eles como um meio efetivo para promover a Educação no campo. Isso sugere que as bibliotecas podem desempenhar um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, fornecendo recursos educacionais e culturais que podem ser utilizados para desenvolver habilidades e conhecimentos, além de incentivar a leitura e o aprendizado.

Dessa forma, a pesquisa realizada contribui para trazer maior visibilidade às bibliotecas rurais, asseverando sua importância como espaços propícios à transformação social e humana nos assentamentos rurais do MST em Pernambuco.

O trabalho destacou, também, aporte do MST na promoção do acesso à informação em áreas rurais, fortalecendo a luta pela Reforma Agrária, reforçando a contribuição para o desenvolvimento político dos assentados em busca de seus direitos cidadãos.

Assim, conclui-se que este estudo é de grande importância para entender a realidade do acesso à educação no campo e as contribuições da Biblioteca Rural como espaço de acesso ao conhecimento no contexto do assentamento do MST. A pesquisa destaca o papel social da biblioteca, não apenas para preservar a memória e a história, mas principalmente para tornar o acesso à informação e ao conhecimento frutífero para a comunidade rural. A biblioteca é uma grande aliada para combater a desinformação, desenvolver ações educativas e culturais e promover a transformação social e a melhoria das vidas nas comunidades rurais.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa desenvolvida observou que as bibliotecas rurais têm um papel social importante para a vida dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois promovem a inclusão social e cultural dos moradores do campo. Elas permitem que essas pessoas tenham acesso a informações e conhecimentos que lhes permitam entender melhor a realidade em que vivem e a lutar por seus direitos.

As bibliotecas rurais são importantes espaços de encontro e de organização popular, que permitem que os moradores do campo se reúnam, discutam seus problemas e desafios e planejem ações coletivas, inclusive de ordem política para suas reivindicações cidadãs.

No tocante ao seu papel educacional e cultural, permitem que as pessoas do campo tenham acesso à Educação, à leitura e aos materiais educativos e literários. De fato, as bibliotecas rurais podem promover a alfabetização e o apoio à educação em diferentes áreas do conhecimento. Com isso, o acesso aos materiais e o suporte à leitura contribuem tanto para o desenvolvimento educacional e profissional futuro, quanto para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar ativamente da vida social e política. Além disso, é fundamental que as bibliotecas promovam ações culturais para fomentar o acesso à cultura.

Ao longo deste trabalho, foi possível analisar o contexto da Educação do campo ao qual as bibliotecas rurais estão inseridas, bem como os desafios e oportunidades que enfrentam. Foi destacada a partir da pesquisa que os assentados confirmam a importância da Biblioteca Rural para a própria comunidade, mas se torna imprescindível que o Poder Público invista na criação e no fortalecimento dessas unidades informacionais, bem como na capacitação de seus profissionais e, também de voluntários, para que possam atender adequadamente às necessidades informacionais e educativas da população rural.

Diante de tais considerações, para garantir o acesso à informação e ao conhecimento para as comunidades rurais, o MEC deve adotar medidas que visem à construção e manutenção de bibliotecas nas zonas rurais. Para tanto, é importante que o órgão invista em infraestrutura, aquisição de coleções para os acervos, e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para a continuidade desses programas.

Logo, para democratizar o acesso a bibliotecas no campo, é importante o aporte tanto do Governo Federal, Estadual, e das Prefeituras, quanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da sociedade civil, incluindo o apoio de ONGs, para que sejam adotadas estratégias para apoiar as escolas e bibliotecas rurais. Algumas ações que podem ser empreendidas para melhorar a vida no campo e garantir um futuro promissor para os assentados incluem por exemplo, o investimento em políticas públicas onde o Governo pode regulamentar a criação e a manutenção de bibliotecas e escolas rurais por meio de políticas públicas que visem a construção e a manutenção dessas unidades de informação. Desse modo, o acesso à leitura e ao conhecimento poderá ser viabilizado no campo.

Entende-se a necessidade de apoio financeiro às bibliotecas rurais, visto que as bibliotecas rurais precisam de recursos financeiros para serem implementadas e mantidas, assim como seus serviços e acervos precisam ser atualizados, com periodicidade adequada às demandas informacionais. Portanto, é importante que haja apoio financeiro, seja por meio de doações ou parcerias, por exemplo.

Também pode-se pensar na criação de uma rede de colaboração entre as bibliotecas rurais de modo que ocorram ações conjuntas e o compartilhamento de recursos. Isso pode ajudar a garantir a sustentabilidade dessas bibliotecas, e também a melhoria dos serviços oferecidos, inclusive com voluntariado das próprias comunidades.

Os responsáveis pelas escolas e biblioteca rurais podem buscar parcerias com escolas e universidades para projetos conjuntos, com possibilidades de compartilhamento de recursos educacionais e culturais, e experiências para a melhorar as condições e a qualidade da Educação no campo. Além disso, podem ser realizados programas e projetos a partir dessas parcerias, voltados para a capacitação e a atualização profissional. Essas ações podem ajudar a preparar os membros da comunidade para atividades voltadas ao desenvolvimento local e à inclusão social, inclusive treinamentos voltados para apoiar a manutenção das bibliotecas rurais.

Compreende-se que esta pesquisa trouxe uma contribuição relevante, também, para a Academia e a sociedade em geral, por abordar uma temática pouco explorada e por evidenciar a importância das bibliotecas como fontes de informação e conhecimento para as comunidades rurais.

Para trabalhos futuros, recomenda-se um maior aprofundamento sobre a Educação no campo e o aporte das bibliotecas rurais, com o desenvolvimento de pesquisas e projetos considerando as especificidades das comunidades rurais e a necessidade de valorização da cultura e história desses locais.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, E. P. de. **O acesso à informação para comunidades rurais: uma alternativa para a conscientização ambiental no município de Parelhas/RN**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Biblioteconomia) - centro tal, Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em:  
[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39603/3/AcessoAinformacao\\_Assuncao\\_2007.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39603/3/AcessoAinformacao_Assuncao_2007.pdf) . Acesso em: 16 dez. 2022.

BAUER, C. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiá, Paco Editorial: 2016. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iQySDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=MST+E+EDUCA%C3%87%C3%83O&ots=GOl\\_rkhwUu&sig=NukPCx9BVDNsmHd\\_UIPx7MmZzy8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iQySDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=MST+E+EDUCA%C3%87%C3%83O&ots=GOl_rkhwUu&sig=NukPCx9BVDNsmHd_UIPx7MmZzy8#v=onepage&q&f=false) . Acesso em: 16 mar. 2023.

BENJAMIN, C. ; CALDART, R. S.(orgs). Projeto Popular e Escolas do Campo. **Coleção Por Uma Educação Básica do Campo**, nº 3. 2 ed. Brasília: UnB, 2001. Disponível em:  
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/projeto-popular-e-escolas-do-campo-colecao-por-uma.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2023.

BARROS, C. F. do R. MST: lutas, história, perspectivas. **História Agora**, v. 6o, p. 1-19, 2008. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/8barros\\_clarissa\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8barros_clarissa_artigo.pdf) . Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Panorama da educação do campo**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2007. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/panorama.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2005. 158f. Disponível em: <http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação no Campo**.2010. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/208-noticias/591061196/16002-decreto-org-aniza-politicas-publicas-educacionais-no-campo?Itemid=164> . Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> . Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa de Bibliotecas Rurais das Letras**: manual. Brasília:MDA/Secretaria de Reordenamento Agrário, 2013. Disponível em: [https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/472\\_1.pdf](https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/472_1.pdf) . Acesso em: 18 dez. 2022.

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação**./Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt> .Acesso em: 10 mar. 2023.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.257-265.

CARVALHO, R. S. de. **O papel da biblioteca como espaço articulador para a formação de leitores no ensino médio integrado do IF Sertão-PE, campus Zona Rural**. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30433> .Acesso em: 23 mar. 2023.

COSTA, M. L.; OLIVEIRA CABRAL, C. L. de. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 177–203, 2016. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2016v1n2p177. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2763>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CUNHA, A. de A. R. da. **Biblioteca em área de assentamento rural**: semente do saber. 2014. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39600/3/BibliotecaEmArea\\_Cunha\\_2014.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39600/3/BibliotecaEmArea_Cunha_2014.pdf) acesso em: 16 dez. 2022.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 16 dez. 2022.

D'AGOSTINI, A. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30038> .24 mar. 2023.

FELIPE, A. A. C.; ARAÚJO, T. A. de. INFORMAÇÃO PARA LIBERDADE: a biblioteca rural e o combate ao trabalho escravo na contemporaneidade = INFORMATION FOR FREEDOM: the rural library and the fight against forced labour in contemporary times.

**Revista Bibliomar**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 100–125, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/15005> . Acesso em: 13 fev. 2023.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil** / Bernardo Mançano Fernandes. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2000. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=4390> .Acesso em: 10 mar. 2023.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo**. 2004. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> Acesso em: 28 dez. 2022.

FERNANDES, B.M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 496-500.

FERNANDES, B.M. Acampamento. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. P. 21-25.

GIL, A. C. 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. - 4.ed. - 11. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S. Direito a educação. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 215.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e pesquisas: informação geográfica, n. 11). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

JESUS, J. N. de. **As escolas família agrícola no território goiano**: a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura camponesa. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Goiana, 2010. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1275/o/JOS%C3%89\\_NOVAIS\\_DE\\_JESUS.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1275/o/JOS%C3%89_NOVAIS_DE_JESUS.pdf) . Acesso em: 05 abr. 2023.

LEITE, S. P. Assentamento Rural. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 108-112.

MARTINS, C. W. S.; PORTO, I. M. R. Análise do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no Maranhão. **Informação & Sociedade**, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37942> . Acesso em: 18 dez. 2022.

MOLINA, M. C.; DE JESUS, S. M. S. A. **Por Uma, Educação do Campo**. 2004. Disponível em:

<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MST. Caderno de formação n° 40: **História do MST a gente cultiva a terra e ela cultiva a gente**. 2015.

MST. Escola Itinerante em acampamentos do MST. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 235, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/qg4NWXDQD8MrjsRndZWwgXg/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 05 abr. 2023.

MST. **Lema do 6° Congresso do MST**: “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”. MST, 2013. Disponível em:

<https://mst.org.br/2013/08/27/lema-do-6o-congresso-do-mst-lutar-construir-reforma-agraria-popular/> . Acesso em: 05 abr. 2023.

MST. **MST PE**: 20 anos rompendo cercas e construindo história. Disponível em:

<https://mst.org.br/2009/05/11/mst-pe-20-anos-rompendo-cercas-e-construindo-historia/> . Acesso em: 23 abr. 2023.

PAVINI, G. C.; RIBEIRO, M. L.; FERRANTE, V. L. S. B.; LOPES, A. W. P. Escola do campo em assentamentos rurais: educação e políticas públicas para o campo: Field school in rural settlements: education and public policies for the field. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1703–1724, 2022. DOI: 10.34140/bjbv4n4-009. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/53320> . Acesso em: 17 mar. 2023.

RODRIGUES, M. de D. **Análise do Programa Arca das Letras em comunidades rurais do estado de Santa Catarina**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120710> . Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, J. C. D. dos. **Biblioteca comunitária: “estado da arte” conceitual e oportunidades de investigação a partir de um estudo comparativo na literatura periódica nacional e internacional**. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21835>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SANTOS, R. B. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758/0> . Acesso em: 14 dez. 2022.

SOARES, C. C.; RIBEIRO CARNEIRO, M. E. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1628>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 745-763, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/3QpDmM9tDDh4TWYh5CmmHpB/?lang=p>  
.Acesso em: 20 dez. 2022.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ASSENTADOS DO MST.

# Bibliotecas Rurais e sua importância para Assentados do MST PE

Pesquisa de TCC.

\* Indica uma pergunta obrigatória

---

Pedido de Consentimento: Você aceita participar desta pesquisa com  
anonimato e autoriza a publicação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Nome (opcional) - anonimato

---

1. Qual é o Assentamento que você faz parte? \*

---

2. Qual é a Região do Assentamento? \*

*Marcar apenas uma oval.*

---

- Metropolitana do Recife
- Zona da Mata
- Agreste
- Sertão
- Outra:

3. Qual é a cidade do seu Assentamento? \*

4. Qual é a data do seu nascimento? (Idade) \*

---

5. Você já frequentou a escola?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**5.1 Essa Escola foi de algum Assentamento?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

5.2 Se sim, qual o seu grau de ensino?

*Marcar apenas uma oval.*

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- 
-

Outro

Nenhum.

### 5.2.1 Se nenhum, você sabe ler e escrever?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sei ler e escrever
- Sei ler
- Sei escrever
- Não sei ler nem escrever

### 6. Você gosta de ler?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim. gosto muito de ler
- Sim, gosto de ler às vezes
- Sim, gosto mas, não leio quase nunca
- Não gosto
- Outra

### 7. No seu Assentamento tem Escola e Biblioteca?

*Marcar apenas uma oval.*

- Tem escola e biblioteca
- Tem somente escola
- Tem somente biblioteca
- Não tem escola nem biblioteca
- Outro

### 7.1 Como não tem biblioteca no Assentamento, você acha que deveria ter?

**Por que?**

---

---

---

---

---

---

8. Você tem hábito de frequentar a biblioteca?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, vou várias vezes por semana
- Sim, vou algumas vezes por mês
- Sim, mas vou raramente
- Não, frequento
- Outra

9. O que você procura (material para estudo ou leitura, livros, informações, etc.) na biblioteca você encontra? (acervo/coleções) *Marcar apenas uma oval.*

- Sim, encontro sempre o que procuro
- Sim, geralmente encontro
- Às vezes encontro, às vezes não
- Quase nunca encontro o que procuro
- Nunca encontro o que necessito
- Outro

10. O que mais a biblioteca oferece para vocês? (ações educativas, culturais, entretenimento, etc).

*Marcar apenas uma oval.*

- Atividades de ensino, aulas, treinamentos, formações, etc.
- Rodas de leitura, debates, palestras, etc.
- Atividades como dança, teatro, música, etc.
- Brincadeiras, jogos, etc.
- Outras atividades. Quais?
- Opção 6

11. Como a biblioteca tem contribuído para o Assentamento?

*Marcar apenas uma oval.*

- Acesso à educação no campo
- Acesso às informações sobre política públicas e sociais
- Questões culturais
- Outras contribuições. Quais?

12. Como você acha que a biblioteca pode contribuir mais para o Assentamento?

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

**Google** Formulários